

ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

O caminho percorrido

Alice Piffer Canabrava

*A publicação do texto de Alice Canabrava, **O caminho percorrido**, foi a forma que escolhemos para encerrar a gestão da Diretoria da ABPHE do período 2001 a 2003, homenageando uma grande pesquisadora em história econômica e oferecendo aos associados um presente.*

*A Diretoria da ABPHE 2001-2003
setembro de 2003*

O caminho percorrido



Caro Flávio,

Não sei se a leitura é amena, mas foi uma experiência vivida com sofrimento e exaltação, angústia e liberação interior. Será parte de um livro de várias autoras – as “pioneiras” da USP.

Da velha professora, Alice.

O texto que segue foi dado a Flávio Saes com este bilhete no final. Alice escreveu o texto por solicitação de Eva Alterman Blay que tomou a iniciativa de reunir as primeiras alunas da USP que, mais tarde, seguiram a carreira acadêmica para avaliar a participação feminina na construção da universidade. Extratos do texto de Alice foram publicados na revista *Ciência e Cultura*¹. Aqui publicamos o texto na sua versão completa tal como Flávio o recebeu*.

¹ BLAY, Eva Alterman e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (1984) A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. *Ciência e Cultura*, São Paulo v. 36, n. 12, dezembro, p 2135-43.

* A edição deste texto foi preparada por Maria Alice Rosa Ribeiro que utilizou como original uma cópia xerografada do texto datilografado pela professora Alice Canabrava e dado a Flávio Saes. O texto datilografado foi escaneado e digitado. O trabalho de preparação do texto para publicação buscou manter o texto integralmente, sendo feitas apenas correções ortográficas e gramaticais. Procedeu-se, também, a duas pequenas alterações na edição: o último trecho foi colocado no início, como abertura, e o bilhete dirigido a Flávio, manuscrito pela autora à margem do texto, foi incluído no começo.

Agradecimentos à Lúcia Carvalho, sobrinha de Alice, pelas fotografias que gentilmente nos cedeu.

Deixei correr os dedos na máquina de escrever, ao leve toque das reminiscências, deixando desenrolar o fio narrativo. Não omiti alguns pormenores que me pareceram significativos para caracterizar o ambiente. Outros, também significativos, ficam para um possível livro autobiográfico. Como historiadora,



não vejo razão para reduzir o testemunho a referências vagas que podem dar margem a suposições não corretas, puramente imaginativas. Não conservei ressentimento com respeito aos que se opunham à minha ascensão na Universidade. Excelentes pessoas situavam-se dentro do seu tempo e do seu meio, expoentes de uma sociedade preconceituosa para com as mulheres. Não se suponha que tenha sido eu, o único alvo da discriminação: esta visava a todas. No meu caso, a resistência provocou o desenrolar de todo o processo. Em outros, este se

interrompeu ou nem foi acionado, dado o afastamento da interessada, seja voluntário, seja imposto pelas circunstâncias.

Por outro lado, pareceu-nos que é possível descortinar, nos anos 70, as evidências do esmorecer das barreiras contra as mulheres na Faculdade de Filosofia, com a aceitação de sua

atividade como realização profissional, consubstanciada em carreira acadêmica, propiciada, senão imposta, a todos os docentes, pela reforma universitária. Entretanto, sou informada aqui, de que a oposição masculina subsiste em outros setores da Universidade. A luta não está finda.

Primeiramente, meus cumprimentos à Doutora Eva Alterman Blay pela iniciativa desta reunião, que se destina aos depoimentos de algumas ex-alunas da Universidade de São Paulo, cujas experiências remontam aos primeiros anos da sua fundação. Sempre pensei sobre a possibilidade de um relato sobre essa vivência a ser preservado, como um testemunho, eventual subsídio para a história das mentalidades em nosso país. Entusiasmei-me logo pela idéia, consciente, como historiadora do papel que pode ter a contribuição memorialista na reconstituição do passado.

Os depoimentos femininos são relativamente raros na literatura histórica brasileira. Uma ou outra carta encontramos, umas poucas vezes, inseridas entre as páginas de inventário; material mais rico deve existir em arquivos de família. As biografias ocuparam-se, de modo geral, com heroínas de guerra, com as grandes amantes ou expoentes da literatura. Sabemos pouco sobre as heroínas do cotidiano, sejam elas escravas ou senhoras; o de que dispomos nos foi transmitido, quase sempre,

por elementos masculinos, a comunicar sua própria visão do mundo. Excepcionalmente, ainda em pleno século 19, a população feminina aprendia a ler e escrever. Pensamos em autobiografias que nos permitissem reconstituir a personalidade e as experiências, por exemplo, das esposas que acompanharam os maridos na fundação das fazendas de café, ou nos extensos caminhos rumo ao sul, para comprar gado, longas viagens a cavalo, muitos meses, durante as quais, muitas viram nascer seus filhos. Se lhes fora dado fazê-lo, como descreveriam, por exemplo, a chegada do Príncipe Regente, Dom João, em 1808, ao Rio de Janeiro, espetáculo memorável, sob grande emoção popular, do qual somente nos ficou a descrição do cronista? Como viam seus escravos? Como reagiram, no ambiente doméstico, ao fato consagrado da abolição? E estamos nos referindo a um passado não muito distante de nós, o século anterior.

Em sua grande maioria as mulheres permanecem, na história, como figuras silenciosas, em grande parte obscuras, mães, esposas ou filhas sem voz própria.

Felizmente, nos últimos anos, várias iniciativas vêm procurando resgatar a memória feminina do passado, antes que a perda seja irreparável, como o passar das vidas dos personagens.

Sendo a última a falar nesta reunião, já ouvimos sobre São Paulo dos anos 30, a cidade provinciana, os costumes com respeito à população feminina, o tipo de educação prevalescente, a condição da mulher.

Como tantas outras, fui uma das professoras do magistério primário beneficiadas pelo ato do governo estadual que facultou o comissionamento das interessadas junto à recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, desde que aprovadas em concurso de provas. A medida visava preencher o grande número de vagas. Desde 1933 a reforma Fernando de Azevedo havia proporcionado equivalência entre todos os cursos de segundo grau, pondo fim, desta forma, ao privilégio de que usufruíam os ginásios, como cursos propedêuticos às escolas de nível superior. Não obstante, já no segundo ano de seu funcionamento (1935), a Faculdade de Filosofia não lograva despertar o interesse esperado.

Procedia eu de uma cidadezinha do interior paulista, Araras, onde lecionava no grupo escolar local, o único do município. Havia iniciado a carreira em Manduri, distrito de Piraju – São Paulo, em 1931, na Alta Sorocabana. Lugarejo em meio a um grande campo arenoso constava de uma única rua central, a da estação ferroviária, cortada por algumas curtas vias transversais. Nenhum cinema, nem médico ou dentista, nenhuma praça ajardinada, apenas alguns estabelecimentos comerciais. Em torno do núcleo urbano, vastos campos de pobres

gramíneas naturais onde pastavam algumas cabeças de gado. O único grande acontecimento diário era a chegada do trem, que vinha de São Paulo ao cair da noite. Periodicamente, um movimento ruidoso agitava a vilazinha: a chegada a pé das manadas de bovinos de Mato Grosso, tangida por boiadeiros a cavalo, que permaneciam alguns dias nas pastagens circundantes, antes de prosseguir viagem para os matadouros da capital. Para aquelas se abriam diretamente, as janelas da sala de aulas.

Transferida para Araras, minha terra natal, fui encontrá-la estagnada como a havia conhecido na minha infância. Cidade pequena, com a inteireza de seus quadros administrativos e instituições pertinentes, com belíssimo edifício para o curso primário, o Grupo Escolar, que se inscreve no plano de construções congêneres ideado e realizado pelos paulistas velhos da Primeira República. Amplas salas de aulas, belos jardins, extensas áreas para recreio sombreadas de grandes *flamboyants*, distanciava-se bastante do prédio acanhado, ao nível da rua, da minha experiência anterior.

Dilacerado por lutas políticas, o núcleo urbano jazia estacionado. Ruas sem calçamento, em geral ermas após o meio dia, praças nuas, chão duro, parca iluminação à noite, apenas o jardim, na praça central, continuava belo, com árvores enormes e canteiros floridos; em torno, os antigos casarões térreos, chamada “nobreza da terra”.

Nenhuma perspectiva para alguém que desejasse prosseguir nos estudos, além do curso

primário, ou exercer qualquer outra atividade paralela. Passei a estudar francês com um suíço e percorri boa parte da literatura disponível sobre a “escola nova”, que fui adquirindo. Procurava enfronhar-me nos modernos métodos de ensino, sobretudo quanto à alfabetização. Durante os



quatro anos nos quais me dediquei ao magistério primário, ocupei-me sempre com alunos de primeiro ano, sem contacto anterior com aulas de pré-primário, e sempre me senti fascinada pelo trabalho de

introduzir uma criança no mundo da linguagem escrita.

Estas evocações podem parecer muito afastadas do assunto que nos reuniu aqui, mas não significam narrativa vã. Intentam mostrar o ambiente em que me movia, afastada da capital do Estado, absorvida em área de trabalho muito diferente daquela que iria escolher, ao entrar para a Faculdade, e intimamente sempre inconformada, a folhear todos os dias as páginas do Diário Oficial, em busca de uma oportunidade para me aproximar de São Paulo e continuar a estudar. Talvez Direito, pelo qual me sentia atraída.

Ao chegar à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1935, para frequentar os cursos de Geografia e História, sentia-me inquieta ante a grandeza dos mestres e da instituição, mas profundamente entusiasmada. A História sempre fora uma das matérias preferidas na Escola Normal, premiada como a melhor aluna do curso com base em leituras que ultrapassavam, em muito, as aulas do professor.

Os mestres, o conteúdo dos cursos, a metodologia significavam, como já se afirmou aqui, verdadeira mutação. Representavam um salto enorme com referência ao tipo do ensinamento que havia recebido na Escola Normal da Praça da República (atual Instituto Caetano de Campos), com um curso de cinco anos, considerada a melhor do Estado. Mutações na minha formação, a refletir a vida cultural do país. Dimensão completamente nova distinguia os cursos de Geografia e História, a nos proporcionar uma visão do mundo também completamente nova.

Em primeiro lugar, os grandes mestres franceses. O professor Paul Fernand Braudel ministrava os cursos de História Geral, desdobrados em várias disciplinas especializadas; Pierre Monbeig, as de Geografia; Afonso de E. Taunay encarregava-se da História do Brasil; Paul Vanorden Shaw, de História da América e Plínio Ayrosa, de Etnografia e Língua Tupi-Guarani. Depois de licenciada frequentei vários cursos do

professor Jean Gagé que, em 1938, sucedeu ao professor Braudel.

A metodologia dos mestres franceses, sua personalidade, seu interesse pelo país, as relações de cordialidade afetiva e compreensão, e mesmo de estima pessoal que mantinham com os estudantes, os distinguiam dos demais professores. As classes eram pequenas, cerca de dez alunos apenas, ambos os sexos, o que tornava relativamente fácil o relacionamento entre professores e alunos.

Aulas maravilhosas de História [as do professor Braudel], cheias de vida, ricas de substância, nenhuma palavra inútil. A exposição oral acompanhava o esquema que ia sendo apresentado no quadro negro; os eventos e a interpretação, sempre que possível, associavam-se ao quadro geográfico, apresentado em rápido *croquis*; a bibliografia especializada completava a geral, dada no início do curso. Aprendíamos, e o professor insistia muitas vezes, que uma boa exposição oral, aula ou conferência, devia desenvolver apenas três pontos fundamentais, complementares entre si excepcionalmente quatro, nunca uma pluralidade de idéias, por mais brilhantes que fossem. Acostumadas a conhecer as grandes figuras da História apenas pelos seus nomes, datas e alguns eventos, sobretudo guerras e batalhas, ficávamos fascinados com a nova perspectiva, a de conhecê-las e interpretá-las dentro do seu meio e de sua época e, sempre que possível, com o

auxílio de textos de sua própria autoria, biografias ou estudos especializados. A leitura destes pelo Mestre, constituía-se em inesquecível mostra de sua faceta de ator: a dicção perfeita, as variações da voz, a expressão da fisionomia. Ao se despedir, ao término de cada aula, com o indefectível “*la suite à la prochaine fois*”, desolávamos a interrupção. Vivíamos em permanente estado de encantamento, todos os estudantes, sem distinção, a justificar o designativo que, muito depressa se firmou com respeito ao professor de História: “*le prince charmant*”.



Sim, encantador, não apenas pelo magnetismo das aulas, mas também, pelo trato e aparência. Chegava para as aulas com luvas de couro na mão, jogadas com naturalidade sobre a mesa, o terno sempre escuro de linhas perfeitas, a gravata em harmonia, todo o conjunto se coadunava em elegância sóbria. O refinamento no trato, conjugava-se com a atitude espontânea e afável de nos deixar à

vontade, sempre um tanto inibidas, a tropeçar em nosso francês mal falado. Vencíamos aos poucos o formalismo das relações entre aluno e professor, que perseverava no vestir, fiel ao padrão

convencional: comparecíamos às aulas de luvas e chapéu, meias e sapatos de saltos altos, os rapazes de terno completo com colete, gravata e o chapéu, que respeitadamente depositavam na cadeira ao lado. O professor invariavelmente gentil, sempre com uma palavra afetuosa e amiga para cada aluno, ansioso por conhecê-lo mais perto. Ao deixar as aulas, à tardinha vagarosamente regressava a pé para casa, no Jardim América, sempre acompanhado de alguns estudantes do sexo masculino. De vez em quando recebia a todos para um chá em sua residência, em companhia da esposa, oportunidade para conversas amenas sobre a cidade, as experiências do professor em suas viagens pelo país, as nossas vidas.

Enquanto éramos atraídos para o estudo da História pelo fascínio das aulas e a personalidade do professor, os caminhos para a Geografia se nos afiguravam um tanto ásperos sob a rude disciplina de estudos. Acumulavam-se os repetidos exercícios cartográficos, os relatórios de excursões freqüentes, as aulas extras nos sábados, o prolongamento das mesmas, além do horário regulamentar, nos outros dias da semana. Matéria e mais matéria cobrada com rigor em provas e exames. Debruçávamos-nos sem descanso sobre a bibliografia indicada e nela nos exauríamos por ocasião dos exames.

Excelente professor, Pierre Monbeig nos revelava a nova Geografia; a exposição muito clara, soberbamente ilustrada com mapas e

projeções, transmitia-nos uma ciência com seus fenômenos explicados e explicáveis, muito longe da lista de topônimos que nos obrigavam a decorar na Escola Normal e outros cursos de segundo grau, a Geografia “lista-telefônica”, como a chamávamos jocosamente. Guiados pelo professor, realizávamos, a miúdo, excursões que, não raro, ultrapassavam as fronteiras do Estado, para estudar ao vivo a paisagem - a síntese dos fenômenos geográficos. Apesar das fadigas da viagem, em ônibus pouco confortáveis, o subir e descer de morros, o acompanhamento a pé do traçado dos rios, os percursos pelas cidades para entender o desenvolvimento do núcleo urbano, as viagens foram sempre vividas com muita alegria. Sobretudo, aprendíamos a observar, com as explicações “*in loco*”, e nos preparávamos para a pesquisa geográfica, sem o saber especificamente. O contato com o professor tornava-se muito ameno, o trato muito cordial, seu interesse humano pelas criaturas que o acompanhavam, reprimido no ambiente das aulas, não resistia à convivência de muitos dias e aflorava espontaneamente, a revelar a pessoa simples, afável, afetuosa. Era também a oportunidade para a confraternização entre os estudantes das várias classes, com animadas conversas no hotel, ao jantar e à noite, muitas vezes os cantares no percurso do ônibus pelas estradas. Compensavam o ônus da complementação obrigatória do relatório final. Ninguém escapava ao sentimento da crescente

intimidade com a nossa terra e a nossa gente, despertado pela compreensão científica do meio natural e a obra do homem, nas suas relações com aquele, o mútuo entrelaçamento de influências. Excursões inolvidáveis que começaram com a ascensão do morro do Jaraguá para o estudo da paisagem paulistana e, entre as muitas, compreenderam a maravilhosa viagem pelo rio Itajaí, Santa Catarina, para conhecer a colonização alemã. Provas de exame como trabalhos apresentados durante o período de aulas, recebiam invariavelmente, de ambos os professores, Braudel e Monbeig, o comentário sucinto no final expressava o juízo do Mestre, a indicação das qualidades e defeitos do texto, a justificar a nota. Usualmente, uma palavra aposta à margem, aqui e ali, chamava a atenção do aluno, em momentos críticos do desenvolvimento do assunto proposto.

Toda essa metodologia para o ensino da História e de Geografia a que acabamos de nos referir, pode parecer hoje rotineira; todavia, à época da fundação da Faculdade de Filosofia, representava verdadeira revolução, quando o aprender habitualmente, se resumia em repetir o professor com base em apontamentos de aula, o ensino, puramente verbal, sem qualquer outro recurso, o formalismo solene nas relações entre professor e aluno. Estes característicos, encontrávamos nas aulas dos professores Taunay e Ayrosa. Sem dúvida, são grandes autores, excelentes pesquisadores que deixaram obra

notável, fundamental em sua área, e, sobretudo o primeiro, cuja biografia é monumental. Como professores se revelaram expoentes de sua época, na metodologia de ensino e no estilo quanto ao relacionamento com os alunos.

Para mim, os três anos do curso significaram um período trabalhoso, de muito estudo, que não conhecia domingos e feriados nem sequer as férias, estas, em geral, ocupadas em pesquisa de Geografia. Dormia pouco, a estudar pelas noites adentro e, não raro, via os primeiros clarões do sol que anunciavam o novo dia. Acompanhar o nível de estudos que os mestres franceses nos ofereciam, requeria esforço inusitado. As leituras tinham que passar, obrigatoriamente, na Geografia, pelas obras de De Martonne, Brunhes, Vidal de La Blache, Lucien Febvre, os volumes da coleção da Geografia Universal, com seus magníficos estudos dedicados às Ilhas Britânicas, ao Mediterrâneo, à América do Sul, e tantas outras áreas, base de cursos especializados. Na História, a coleção Clio, Povos e Civilizações, os livros dos grandes autores para os cursos especializados; são exemplos destes, os que versavam sobre a Revolução Francesa, as revoluções de 1848, a formação dos estados da Europa central, a repartição da África entre as grandes potências, a Inglaterra vitoriana, ou a colonização da Grécia antiga no Mediterrâneo, a república romana... Obrigava-nos a nós mesmas, à consulta aos artigos de revistas especializadas, em Geografia, como em História. Nesta,

incursionávamos pelo Annales, que até hoje se qualifica pelo pioneirismo quanto aos estudos históricos. Reconhecia que a base anterior havia sido precária, apenas remediada pelo imenso trabalho. Este, nem representava sacrifício: a professorinha do interior vivia empolgada pelo universo intelectual em que mergulhava, pela nova visão do mundo que ia assimilando, que implicava em profunda revisão de valores.

Licenciada, o convite para trabalhar junto à cadeira de História da América significou a oportunidade para permanecer na Faculdade, prosseguir nos estudos a me aproximar da especialização em História do Brasil, meu objetivo determinado, desde que as fronteiras acadêmicas entre as disciplinas são fluidas como a própria ciência. O professor Paul Vanorden Shaw se transladara da Universidade da Columbia, em Nova York, EUA, com toda sua biblioteca, para ministrar aulas na Faculdade, como especialista sobre a História da América Latina. Havia excursionado extensamente pela América Central e do Sul. Professor *doublé* de jornalista, atividade que nunca abandonou, suas aulas sempre se mesclavam de certo caráter de reportagem viva sobre os países percorridos, com o comentário que dava sentido a episódios presenciados, diagnosticava comportamentos sociais, perfis psicológicos, e despertava em nós o interesse maior por aquelas áreas, e, sobretudo pela sua população índia e negra. Ao deixar a Universidade de São Paulo,

alguns anos depois, exerceu com sucesso as funções de adido cultural dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. O professor Braudel e o professor Monbeig são famosos autores, de renome internacional.



Meu exame de doutoramento (1942), interrompeu um período de alguns anos, de muita tranqüilidade profissional, oportunidade para estudar muito e pesquisar intensamente, sobretudo História do Brasil. A tese de doutoramento “O comércio português no Rio da Prata”, ao revelar as vias clandestinas pelas quais a prata de Potosi fluía para o Brasil, mereceu elogios da crítica nacional e estrangeira, publicados em revistas internacionais. Deste modo, involuntariamente, emergi, aos olhos dos meus colegas masculinos, como possível candidata ao provimento efetivo da cadeira de História da América, a ser posta em concurso. Até então, o relacionamento com esses colegas havia sido muito afável, direi até, não isento de estima pessoal. A partir de então, o círculo de hostilidade subterrânea começou a se desenhar para mim com evidências, a se apertar anonimamente em uma ou

outra ocorrência da atividade universitária, sem alterar a aparência da superficial cordialidade. Em encontro casual com o professor André Dreyfus, Diretor da Faculdade de Filosofia, consultou-me sobre a possibilidade de concorrer ao concurso da cadeira de História da América, pois não desejava abri-lo para um único candidato, o professor contratado para a mesma. Pedi-lhe dois anos, a incluir o espaço dos editais, de duração de seis meses. Por que me resolvera? Sem dúvida, a resistência do meio, que sentia crescer, e o desafio à adversidade constituíram-se em estímulos para enfrentar a luta.

A pesquisa histórica, desde de minha licenciatura, absorvia cotidianamente muitas das minhas horas; reservava as férias para o trabalho na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Passei, então, a solicitar documentação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos referente às Antilhas, e logo percebi que esta correspondência, cartas e caixas com rolo de microfilmes, chegava violada. O mesmo acontecia com as cartas trocadas com a Fundação Rockefeller, com a qual estava tentando obter uma bolsa de estudo, de alguns meses, para consultar os arquivos de algumas ilhas daquela área. Na biblioteca da Faculdade, qualquer obra que requisitasse, ou estaria fora do lugar, ou após a primeira consulta, não seria mais encontrada para o prosseguimento.

Outras armadilhas não lograram êxito, e delas tive conhecimento depois de vários anos passados. A livraria onde comprava a maior parte dos livros para pagá-los mensalmente, ao todo ou em parte, foi avisada do risco em que incorria, mas não considerou a advertência, com base nas relações de muitos anos, sem problemas. Um funcionário da Faculdade, como o próprio me contou em anos recentes, foi incumbido de me seguir diariamente, e dar conta dos lugares que freqüentava. Ouvi conselhos e insinuações de que não devia desafiar a hostilidade já constituída: iria ser fatalmente reprovada. A minha resposta foi invariavelmente a mesma, sem qualquer argumento: “eu faço o concurso, caberá a banca me reprovar”.

Ao encerramento do prazo para a inscrição no concurso, o elevador parou de funcionar no momento em que me apresentei. Fomos obrigados a galgar a pé os lances de escada que levavam ao segundo andar do edifício da Praça da República, a Escola Normal Caetano de Campos, carregando nos braços, em algumas viagens, os cem exemplares da tese exigidos pelo edital. Na secretaria aguardavam o encerramento alguns dos meus contrários, mas, com todas as dificuldades, eu lograra me manter dentro do prazo regulamentar para a inscrição. A tese havia sido impressa em minha casa, em mimeógrafo usado, adquirido para a ocasião, receosa de que vistoriassem as principais firmas do gênero, o que de fato aconteceu, para tentar bloquear meu trabalho na fase final.

Havia crescido sem medo. Sentia-me forte, afeita à luta, e tinha a impressão de que, em toda a minha infância e juventude, havia-me preparado, psiquicamente, para o momento. Surpreendi-me, passada a tempestade, quando me vieram falar, com admiração, sobre o que chamavam “minha fibra”. Nada mais estranho, a mim, do que o desempenho do papel de heroína. Avançava tranqüila, no exercício do que considerava um direito. Na infância havia sido uma criança destemida, travessa, transbordante de energia e saúde. Pouco afeita às bonecas, estas se circunscreveram à fase pré-escolar. Depois, as horas que não pertenciam ao Grupo Escolar e ao estudo, atenta e espontaneamente cumpridas, enchiam-se com as correrias pelas ruas ermas da minha cidade, a construção de diques e pontes nas enxurradas, sob as pesadas chuvas de verão, os jogos e as disputas com a turma de meninos e, com estes, a escalada dos muros dos quintais das residências desocupadas para apanhar alguma fruta madura. A adolescência e os anos da mocidade anteriores à frequência na Universidade sempre haviam sido marcados por muito trabalho e pouco lazer. Desde menina, ouvira meu pai, homem culto, afirmar muitas vezes, sobre a ausência de diferenças de inteligência entre o homem e a mulher, que se reportassem ao sexo; tratavam-se apenas, de variações individuais. Não se requerendo o dispêndio de força física, as mulheres, se preparadas, podiam executar qualquer tarefa com eficiência, sem excluir as realizações

intelectuais. Minha mãe, de nacionalidade austríaca, de grande vigor físico e invulgar iniciativa, tinha sempre uma palavra de exaltação ao valor do trabalho. Insistia que nós devíamos nos preparar para o desempenho de uma profissão, de modo a nos tornarmos independentes economicamente, quando adultos. Desde cedo aprendi a tomar decisões, a assumir responsabilidades, a sair sozinha para as compras e visitas a amigas, a viajar também sozinha, a um tempo em que as pessoas do sexo feminino não saíam à rua desacompanhadas.

Antes da década dos 30, apenas três cidades paulistas dispunham de curso secundário oficial, o antigo ginásio: São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. Minha irmã e eu fomos as únicas meninas da cidade a prosseguir os estudos após o término do primário. Viemos para o internato de excelente estabelecimento de ensino da capital, o colégio *Stafford*, já desaparecido. O corpo docente constituía-se de uma equipe de professores leigos, dedicada e eficiente. Lá passei três anos, antes de ingressar na Escola Normal, sempre boa aluna, mas travessa e inquieta, a comandar equipes e disputas de jogos, a organizar festinhas literárias à margem dos horários de aulas e estudos. As classes eram mistas, admitindo-se, como externos, alunos do sexo masculino.

Tais condições se inscrevem também como pioneiras na educação feminina. De uma colega da Faculdade ouvi, entre outras reminiscências de infância sobre a vida em família, a descrição ao

almoço aos domingos, em casa da avó, quando todos se reuniam. Servia-se habitualmente frango, prato principal, tido como iguaria, quando a carne de vaca, ainda barata, era a popular. A avó servia a todos: aos elementos do sexo masculino, as partes nobres da ave, ou seja, o peito, as coxas, o jogador; aos do sexo feminino cabiam a cabeça, o pescoço, as costelas, os pés. E justificava-se: a alimentação mais forte devia caber aos homens, destinados a enfrentar a luta pela vida; quanto às mulheres, as esperava apenas o papel de mães e donas de casa, no remanso do lar. De algumas alunas ouvi, quando nos primeiros anos como assistente na Universidade, sobre o repressivo ambiente familiar, pela fiscalização e inibição, do qual esperavam escapar pelo casamento ou mudança definitiva para os Estados Unidos, na oportunidade de uma bolsa de estudos.

Naturalmente, a resistência masculina na Faculdade, em aceitar as mulheres em cargos de categoria, refletia arraigada consciência de superioridade, a tradição do meio quanto à predominância dos padrões masculinos. Racionalizava-se o comportamento com a afirmação de que se tornava necessário proteger o ensino superior do baixo nível das professoras oriundas do magistério primário. “A Faculdade não é uma Escola Normal!” Outros elementos se mesclavam à autodefesa de cargos e funções. Constituíram-se em grupo, cujos membros soldaram o compromisso de luta, sob o signo de

“um por todos e todos por um”, com a exclusão de qualquer elemento de fora, os “pára-quevistas”, como eram chamados e, implicitamente, as colegas do sexo feminino. Nenhuma hostilidade manifesta às mulheres, no exercício de algumas funções administrativas; “revelam-se excelentes datilógrafas”.

O concurso foi rumoroso e memorável. Jamais poderia esquecer a presença maciça dos meus alunos dos cursos de História da América, a juventude descomprometida e idealista que me apoiou sem reservas; recebi também o apoio de muitas colegas de trabalho docente na Faculdade. Apesar de obter a média mais alta no conjunto das provas, estas não se constituíam em base do critério para a indicação ao cargo de professor catedrático, segundo o regulamento vigente. Esta se decidia com a votação pelos membros da banca. Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir a seus interesses. Verificando-se o empate na votação, coube ao presidente da banca a decisão final, e o fez em favor do meu concorrente, sob justificativa de que já se encontrava no exercício do cargo, como professor contratado.

Meu esforço não fora inócuo. Por coincidência muito feliz, organizava-se naquela época (1946) a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo,

para a qual me transferi de imediato. Mais importante, considero a minha formação científica com os mestres franceses, para com os quais minha dívida é imensa, e a oportunidade magnífica que me foi oferecida com o comissionamento junto à Faculdade de Filosofia, com os proventos do magistério primário, ou seja, uma bolsa de estudos.

Sou muito grata à Faculdade de Economia e Administração (a nova designação com a reforma de 1970), na qual jamais encontrei a menor restrição, tanto eu como outras colegas, seja em trabalhos de docência como de pesquisa, e em funções administrativas. Tornei-me a primeira professora catedrática da Universidade do São Paulo em 1951, após concurso de provas e títulos, e ascendi aos mais altos postos da administração acadêmica, pelo voto dos colegas do sexo masculino: diretora da instituição (1954/57), e como tal, membro do Conselho Universitário, representante - suplente dos professores nesse colegiado (1967/74); chefe do Departamento de Ciências Culturais (1960/69); presidente do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE); membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) (1966/70), e do Conselho Curador da FIPE (1974/77 e 1980/81). Dos professores economistas recebi sempre firme apoio para me dedicar à pesquisa de História Econômica do Brasil e selecionar uma equipe de colaboradores de mérito, empenhados em desenvolver trabalhos

de investigação original. Pelo voto dos colegas do Departamento e da Congregação, fui eleita “Professor Emérito da Universidade do São Paulo”, em 1985. Aposentada desde 1981, não me apartei da instituição, à qual me prendem quase quarenta anos de trabalho, muito apoio e compreensão e afetuosa convivência. Lá continuo a desenvolver projetos de pesquisa histórica, diretriz de toda minha atividade profissional, desde a licenciatura em 1937.

Alice Piffer Canabrava

I. Títulos de Formação Científica.

1. Licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1938.

2. Doutor em Ciências, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1942 (Tese de História Econômica).

3. Livre Docente de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1946 (Tese de História Econômica).

4. Professor Catedrático por concurso de títulos e provas de História Geral e do Brasil, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1951/1981.

II. Principais Trabalhos Publicados.

1. *O comércio português no Rio da Prata, 1580 - 1640*. 1ª. Edição Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1944, XI + 174 pags.; 2ª. Edição, Belo Horizonte: Ed.Itatiaia/Ed. Universidade de S. Paulo, 1984.

2. *A indústria do açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas, 1697 - 1755*. São Paulo, 1946, III -128 - XV pags. ilus.; 2ª. Edição. São Paulo, IPE/FIPE, 1981 (Ensaio Econômico, nº 15).

3. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo, 1861-1875.* São Paulo: Martins, 1950, 323 pags. 2ª. Edição, São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1984.

4. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, de João Antonio Andreoni (André João Antonil).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 316 págs., ilus. Edição crítica, segundo a edição príncipe de 1711.

5. *Memória da V Semana da História.* Publicada pelo Instituto de História e Serviço Social/UNESP - Franca, 1983 -Fontes para a História do Escravismo no Brasil.

6. *Organização e Coordenação: História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - 1946 /1981.* 2 vols., São Paulo, (Comemorativo do 35º. aniversário da fundação da entidade e do 50º. aniversário da Fundação da Universidade do São Paulo),1.200 pags., 1984.



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

DIRETORIA 2001-2003

Wilson Suzigan – Presidente
Clélio Campolina Diniz – Vice-Presidente
Maria Alice Rosa Ribeiro – 1º Secretário
Sérgio de Oliveira Birchall – 2º Secretário
Flávio Azevedo Marques de Saes – 1º Tesoureiro
Douglas Cole Libby – 2º Tesoureiro.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ABPHE 2001-2003

Região Centro-Oeste: Representantes – Flávio Rabelo Versiani e Maria Teresa Andrade Ribeiro de Oliveira, Suplente – Barsanufio Gomides Borges;
Região Nordeste: Representantes – Josemir José Camilo e Cesare Giuseppe Galvan, Suplente – Fernando Cardoso Pedrão;
Região Sul: Representantes – Fábio Dória Scatolin e Victor Manuel Pelaez Alvares, Suplente – José Gabriel Porcile Meirelles;
Região Sudeste: Representantes – Carlos Gabriel Guimarães e Maria Yedda Leite Linhares, Suplente – Fania Fridman;
Região São Paulo: Representantes – Maria Lúcia Lamounier e Lígia Maria Osório Silva, Suplente – Maria Lúcia Caira Gitahy
Região Norte: Não foram eleitos representantes em virtude do baixo número de associados.

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex - presidentes da ABPHE: Tamás Szmrecsányi (1995-97), Luiz Carlos Soares (1997-1999) e Carlos Roberto Antunes dos Santos (1999-2001).

Sócios Honorários

Alice Piffer Canabrava(†)
Annibal Villanova Villela(†)
Charles R. Boxer(†)
Eulália Maria Lahmeyer Lobo
Frédéric Mauro(†)
Nelson Werneck Sodré(†)
Celso Furtado
Roberto Cortés Conde

Expediente:

SECRETARIA DA ABPHE

Faculdade de Ciências e Letras
UNESP - Câmpus de Araraquara
Rodovia Araraquara- Jau Km 01
Caixa Postal: 174 - CEP 14800-901
TELEFONE: (0XX16) 3301-6214
FAX: (0XX16) 3301-6258
EMAIL: abphe@fclar.unesp.br
SITE: <http://www.abphe.org.br>

SECRETÁRIA RESPONSÁVEL

Maria Helena Haddad Tóvulli